

**TRABALHO EMBARCADO NO PANTANAL SUL MATO-
GROSSENSE: CONFLITOS E CONTRADIÇÕES**

**EMBARKED LABOR IN THE PANTANAL OF MATO GROSSO
DO SUL: CONFLICTS AND CONTRADICTIONS**

**TRABAJO EMBARCADO EN EL PANTANAL DE MATO GROSSO
DEL SUR: CONFLICTOS Y CONTRADICCIONES**

Tatiane Aparecida Dreger de Souza Fernandes¹

fernandes.dreger@gmail.com

Antonio Thomaz Junior²

thomaz.jr@unesp.br

Ricardo Luiz Cruz³

ricruz@uol.com.br

Resumo: O trabalho embarcado no Pantanal Sul-Mato-Grossense é realizado por pescadores e pescadoras, seus filhos e netos, e pode envolver desde a pesca artesanal de subsistência, ao atendimento de turistas, enquanto piloteiros e a captura de iscas (isqueiros). O recorte espacial desta pesquisa é a comunidade do Passo do Lontra, localizada no município de Corumbá – MS. O objetivo é analisar as contradições e conflitos que envolvem o trabalho embarcado, observando como a pesca foi sendo relegada ao segundo plano e as habilidades tradicionais dos pescadores incorporadas/utilizadas como mão de obra precarizada nas fazendas e pousadas da região. Para tal, a revisão bibliográfica e a realização de investigação etnográfica e trabalhos de campo junto aos trabalhadores embarcados fundamentaram as ações de pesquisa. As considerações apontam que o trabalho embarcado, expressão de cultura milenar, tem sido deformado pela degradação sistêmica do trabalho, revelando desigualdades territoriais no Pantanal Sul.

Palavras-chave: Trabalho Embarcado. Pantanal. Degradação Sistêmica do Trabalho. Precarização do Trabalho.

Abstract: Embarked labor in the Pantanal of Mato Grosso do Sul is carried out by fishers—men and women—their children, and grandchildren, and may range from subsistence artisanal fishing to serving tourists as boat pilots (piloteiros) and catching live bait (isqueiros). The spatial focus of this research is the Passo do Lontra community, located in the municipality of Corumbá, Mato Grosso do Sul. The objective is to analyze the contradictions and conflicts surrounding embarked labor, observing how

¹ Doutoranda em Geografia pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (CPTL/UFMS).

² Professor Titular de Geografia do Trabalho do Departamento de Geografia/FCT/UNESP/Presidente Prudente.

³ Doutor em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ/Museu Nacional). Docente no curso de Ciências Sociais na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

fishing has been relegated to a secondary role while the traditional skills of fishers have been appropriated as precarious labor on the region's farms and lodges. The methodology employed is based on an extensive literature review and ethnography conducted among embarked workers. The findings indicate that embarked labor, shaped by a millennia-old culture, has been distorted by the systemic degradation of work, revealing territorial inequalities.

Keywords: Embarked Labor. Pantanal. Systemic Degradation of Work. Labor Precariousness.

Resumen: El trabajo embarcado en el Pantanal del estado de Mato Grosso do Sul es realizado por pescadores y pescadoras, junto a sus hijos y nietos, y puede abarcar desde la pesca artesanal de subsistencia hasta la atención a turistas como pilotos de embarcaciones (piloteiros) y la captura de carnadas (isqueiros). El recorte espacial de esta investigación es la comunidad de Passo do Lontra, ubicada en el municipio de Corumbá, Mato Grosso do Sul. El objetivo es analizar las contradicciones y conflictos que atraviesan el trabajo embarcado, observando cómo la pesca ha sido relegada a un segundo plano y las habilidades tradicionales de los pescadores han sido apropiadas como mano de obra precarizada en las haciendas y posadas de la región. La metodología utilizada se basa en una amplia revisión bibliográfica y en la realización de una etnografía con trabajadores embarcados. Los hallazgos indican que el trabajo embarcado, atravesado por una cultura milenaria, ha sido deformado por la degradación sistémica del trabajo, revelando desigualdades territoriales.

Palabras clave: Trabajo Embarcado. Pantanal. Degradación Sistémica del Trabajo. Precarización Laboral.

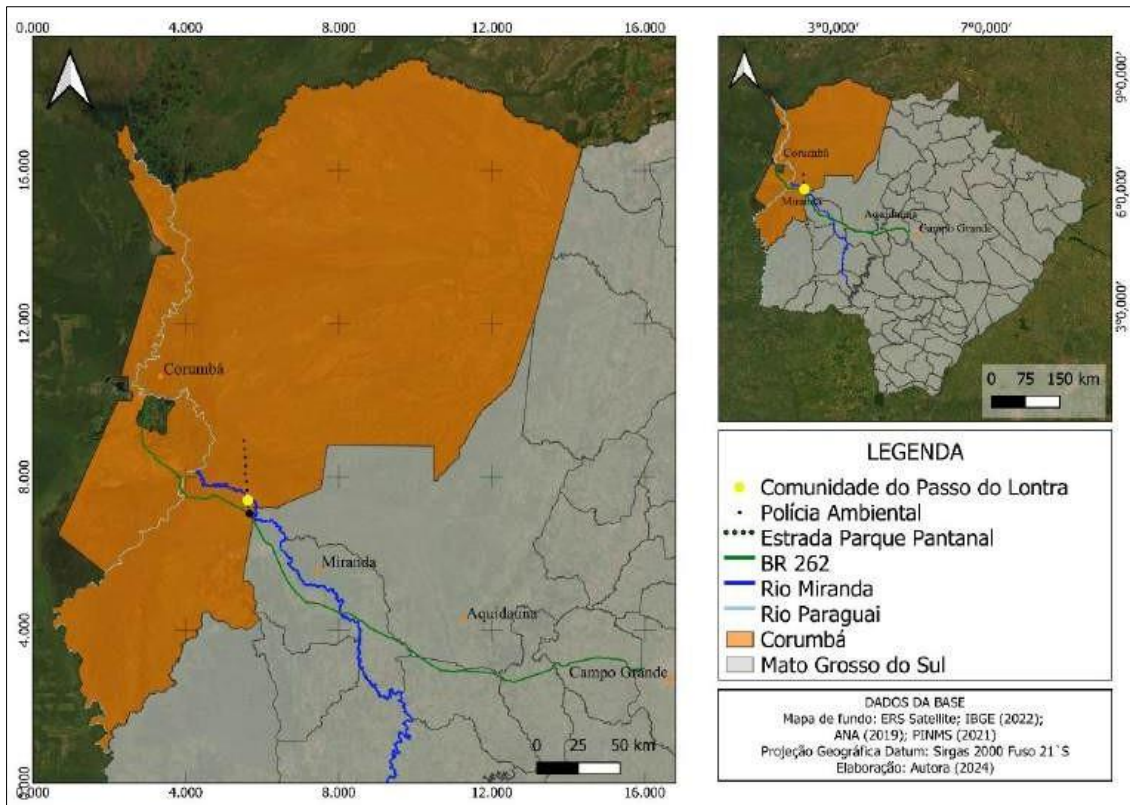
Introdução

O trabalho embarcado no Pantanal Sul Mato-Grossense (também conhecido como Pantanal Sul), está inserido em um cenário marcado por hierarquias que envolvem a cultura local, a pecuária extensiva e o turismo. Esse trabalho é realizado por pescadores e pescadoras, seus filhos e netos, e pode ser dividido em três tipos: (1) pesca artesanal para subsistência, (2) atendimento aos turistas (exercido pelos “piloteiros”) e (3) captura de iscas (realizado pelos “isqueiros/catadores de iscas”) para venda aos praticantes da pesca desportiva (ou “pesque e solte”). Essas atividades podem ser realizadas por um mesmo ator social, ou seja, um mesmo sujeito pode ser pescador/a, piloto/a e isqueiro/a. Na maioria dos casos, ainda podem se submeter ao trabalho sazonal nas fazendas e pousadas da região pantaneira, realizando trabalhos temporários enquanto peões, guias, cozinheiros/as e faxineiras/as (Moretti, 2006; Banducci Junior, 2006; Fernandes, 2024).

O recorte espacial desta pesquisa foi a comunidade do Passo do Lontra localizada as margens do Rio Miranda e Estrada Parque Pantanal (EPP), no município de Corumbá – MS (Figura 1). Antes de prosseguir, pontos importantes devem ser esclarecidos; primeiro, o trabalho embarcado é realizado por homens e por mulheres (termos, aqui utilizados, como embarcados, pescadores, piloteiros, remetem a ambos os gêneros). Depois, apesar de oficialmente a comunidade ser reconhecida como Passo *da* Lontra (Banducci Junior, 2006),

os habitantes locais a reconhecem como Passo *do* Lontra. Por esse motivo, neste trabalho será assumido a preferência desses moradores.

Figura 1: Mapa de Localização da Comunidade do Passo do Lontra.



Fonte de dados: Ana (2019); PINMS (2021). Elaboração: Fernandes, Tatiane A. Dreger de S., (2024).

O objetivo deste trabalho é analisar as contradições e conflitos que envolvem a construção social do trabalho embarcado no Pantanal Sul-Mato-Grossense. As questões que aqui são levantadas procuram ajudar entender como a pesca foi sendo relegada ao segundo plano, e as habilidades tradicionais dos pescadores foram sendo objetivadas ao se tornarem mão de obra nas fazendas e pousadas da região, tendo como pano de fundo a degradação sistêmica do trabalho no atual cenário brasileiro. A rigor, expressão específica das contradições do capital em crise estrutural e sistêmica e dos desdobramentos sobre as formas de uso dos territórios, nas mudanças ocupacionais dos trabalhadores, que repercutem na piora das condições de vida desses sujeitos e na gestão ambiental.

A metodologia utilizada partiu de uma revisão bibliográfica para compreender a construção do trabalho embarcado no Pantanal Sul. Em seguida, foi realizada uma

Etnografia⁴ (observação participante), contando com o acolhimento na casa de um casal de embarcados da comunidade do Passo do Lontra e a estadia na Base de Estudos do Pantanal (BAP/UFMS). Nessas ocasiões, foi possível acompanhar a vida social de cada interlocutor e interlocutora desta pesquisa, vivenciando as mesmas experiências desses trabalhadores, tanto em seus núcleos familiares, comunitários, e enquanto realizavam suas funções como pescadores e piloteiros.

A alegoria “amassar o barro” oferecida por Thomaz Junior (2018a), ilustra a importância dos trabalhos de campo, como essenciais para a apreensão das contradições expressas nas dinâmicas territoriais do complexo mundo do trabalho no Século XXI, destacando a importância dessas vivências. A expressão refere-se ao aprendizado junto aos trabalhadores, através das experiências que praticam para resistirem, permanecerem no território e se manterem vivos diante das hegemonias da sociedade do mundo capitalista.

Turra Neto (2012) destaca que as pesquisas qualitativas possuem natureza discursiva, baseando-se em materiais como relatos, histórias de vida, memórias e descrições de fenômenos. Nesse contexto, a etnografia permite ao geógrafo acessar e compreender essas formas de representações no espaço geográfico, que surgem por meio dos conflitos e contradições da vida social (Turra Neto, 2013). Assim, as representações consideradas nesta pesquisa estão ligadas às hierarquias sociais, a diferentes segmentos ou setores do capital e, em consequência, à apropriação capitalista do território por meio da degradação sistêmica do trabalho (Thomaz Junior, 2019).

Este trabalho foi dividido em três partes. Além desta breve introdução, a próxima seção conterá o arcabouço geral de como ocorreu a construção social do trabalho embarcado no Pantanal Sul, articulando às reflexões teóricas sob as dinâmicas que envolvem este trabalho na contemporaneidade. O recorte temporal escolhido foi entre os anos de 2022 e 2023, algumas informações foram atualizadas para o ano de 2025, a fim de expor com maior precisão o cenário atual. Por fim, as considerações finais expressam questionamentos não conclusivos, a rigor apontamentos alinhados com as novas ações de pesquisa.

⁴ A etnografia que fundamenta este trabalho foi realizada durante a pesquisa de mestrado da primeira autora, intitulada “*Um dia a gente come, no outro não: As condições sociais do Trabalho Embarcado no Pantanal Sul Mato-Grossense*”, entre os anos de 2022 e 2023, defendida em 2024. Na presente investigação, as reflexões construídas ao longo daquela experiência etnográfica foram retomadas, ampliadas e aprofundadas à luz de novos aportes teóricos e analíticos.

As mediações e hierarquias estabelecidas para o trabalho embarcado no Pantanal Sul Mato-Grossense

Os homens e mulheres que exercem as atividades ligadas ao trabalho embarcado, estão inseridos em uma conjuntura sociocultural expressa em símbolos e signos em torno de seus trabalhos. Suas habilidades práticas com o território são passadas de geração para geração, por meio da memória coletiva dentro do núcleo familiar e comunitário, o que os capacita a compreender a importância das águas do Pantanal, sua planície inundável, a fauna e flora (Fernandes, 2024).

Esses habitantes do Pantanal Sul-Mato-Grossense, convivem com formas de uso da terra e da água, consoante ao ritmo fluvial dos rios. É comum que esses trabalhadores se reconheçam como filhos ou netos de indígenas que viveram no Pantanal ou em outras localidades do estado de Mato Grosso do Sul, mais ainda como herdeiros de uma cultura milenar que são capazes de levar adiante, apesar das manifestações também presentes de ameaças e ressentimentos motivados por atos concretos de expropriação da terra (Esselin, 2011; Brasil, 2015).

Franco *et al.*, (2013) e Brasil (2015) indicam que povos indígenas de diferentes etnias tinham a posse do território pantaneiro e possuíam um complexo sistema de domínio territorial e econômico, exerciam a atividade de pesca utilizando canoas de madeira. Com a chegada dos jesuítas e dos latifundiários ao território pantaneiro, foram introduzidos os animais equinos e bovinos. Gradualmente, os povos originários foram sendo expropriados, expulsos ou mesmo dizimados, enquanto o território era moldado de acordo com o novo sistema econômico (Moretti, 2006; Esselin, 2011; Franco *et al.*, 2013; Brasil, 2015).

Após o latifúndio se estabelecer e o Pantanal passar por um longo processo de divisão territorial do trabalho (Moretti, 2006; Franco *et al.*, 2013; Fernandes, 2024), os povos tradicionais da região (agora formados por indígenas, descendentes de indígenas e não indígenas), que resistiram à passagem dos séculos e à dizimação, passaram a trabalhar nas fazendas de gado. Suas habilidades foram utilizadas dentro das fazendas, tendo em vista os conhecimentos adquiridos no território ligado aos ciclos das águas característicos do Pantanal.

Santos (2014)⁵ indicará esse fenômeno como reordenação espacial, onde certas

⁵ Embora Milton Santos (2014) seja a base teórica para análises sobre o espaço urbano, suas reflexões sobre o território são essenciais para compreender as contradições presentes no espaço geográfico em diferentes campos de estudo. Para o autor,

atividades são desvalorizadas em favor de outras, tendo em vista o processo de acumulação e exploração capitalista. Utiliza-se a divisão social, territorial e técnica do trabalho, o sujeito é submetido ao território com novas formas e valores, mas não possui o mesmo valor e nem as mesmas oportunidades. Conforme as novas distribuições de funções, novos arranjos são exigidos no espaço em virtude de um jogo desigual de poder estabelecido tanto pelo público, quanto pelo privado (Santos, 2012).

Harvey (2005) conceitua esse cenário como acumulação por espoliação, ao descrever como o capitalismo se sustenta por meio da continuidade das práticas de expropriação e privatização da terra, da supressão dos direitos comuns e da subordinação forçada de populações ao trabalho precarizado. No Pantanal, esse processo se expressa desde a expulsão dos povos originários até a incorporação subordinada do trabalho desses mesmos sujeitos à lógica do capital.

Trata-se de um conjunto articulado de coerções e apropriações que incidem sobre capacidades, relações sociais, saberes, hábitos de pensamento e crenças dos que são reconhecidos pelo próprio sistema capitalista como fontes de exploração da força de trabalho. Refere-se, sobretudo, ao trabalho familiar e comunitário, historicamente reprimido por ser considerado incompatível com a lógica do capital, ainda que essa força de trabalho seja frequentemente cooptada numa tentativa de produzir um consentimento aparente, em vez de recorrer unicamente à coerção. Esse processo envolve tanto a apropriação e cooptação de realizações culturais e sociais preexistentes quanto o confronto e a supressão dessas expressões (Harvey, 2005).

O pano de fundo destas questões estão ligadas ao que István Mészáros (2011) chamará de *Sistema de Metabolismo Social do Capital*, uma complexa engrenagem econômica, social e política que visa à valorização da riqueza por meio da destruição; ou seja, o capital é, por natureza, destrutivo. Mészáros (2011) evidencia que os conflitos entre capital e trabalho são constitutivos da própria estrutura social, marcada pela subordinação do trabalho à lógica de acumulação. Na totalidade social, as mediações de segunda ordem, vinculadas às exigências do capital, subsumem as mediações de primeira ordem, relativas à reprodução da vida. Trata-se de uma inversão que revela o caráter sistêmico da degradação do trabalho, onde a reprodução

o território é usado de forma seletiva pelo capital, de modo que, mesmo com a difusão de técnicas e serviços que poderiam, em tese, universalizar o acesso, a lógica perversa do capital mantém e aprofunda desigualdades. Essa seletividade é visível tanto em contextos urbanos quanto rurais, onde convivem formas modernas de exploração com bolsões de pobreza e exclusão (Santos, 2014).

do capital se impõe como racionalidade dominante, mesmo às custas do esgotamento das condições vitais, sociais e territoriais de existência. Para isso, o capital aliena os sujeitos sociais, subjugando-os, degradando o trabalho e a reprodução da vida.

Importante frizar que

As mediações de segunda ordem do sistema do capital, pelas quais as funções vitais da reprodução sociometabólica devem ser realizadas, constituem uma desorientadora rede em que estão inseridos os indivíduos particulares. Na

qualidade de membros de um grupo social, **eles são localizados em algum ponto predeterminado na estrutura de comando do capital muito antes mesmo de aprender as primeiras palavras no ambiente familiar.** Apesar do discurso mentiroso da ideologia dominante a respeito de “mobilidade social”, eles poderão escapar da localização em que “nasceram” e, na pequena minoria dos casos, apenas como indivíduos isolados – talvez traíndo, ao mesmo tempo, sua lealdade de classe. (Mészáros, 2011 p.187 Grifo dos autores)

Ao longo das últimas 3 décadas, a pesca de canoa passou a ser atividade relegada no Pantanal Sul. Mesmo que essa atividade tenha perdurado até os dias atuais, praticada para a subsistência das famílias; ocupando um papel mais simbólico, vinculada às experiências cotidianas no rio, relações de afeto e pertencimento no núcleo familiar e comunitário, isso não isentou os embarcados a estarem expostos a exploração de suas habilidades enquanto trabalho social não pago (Fernandes, 2024).

Neste sentido, considera-se a precarização a partir das condições e subjetividades do exercício desse trabalho, onde mobiliza-se a consciência desse sujeito frente a realização de suas atividades, isto é, a construção social desses trabalhadores que se veem diante de uma precariedade não só objetiva, mas também, subjetiva na vida social ligada ao território (Vargas, 2016). O exercício do trabalho mobiliza um conjunto de recursos, instrumentos e meios, que no caso do embarcado teria a ver com suas habilidades empíricas e tradicionais, que ainda envolve o afeto e pertencimento ao território. Principalmente ao observar a relação estabelecida entre o conteúdo e a natureza deste trabalho (Vargas, 2016).

No contexto dos embarcados, vale a seguinte consideração de Dejours (1949 p.103) "o trabalho não causa sofrimento, é o sofrimento que causa o trabalho". O fato é que, expostos a condições de vida degradantes, esses trabalhadores ao longo dos séculos, presos à fome, à escassez, à expropriação da terra e luta pelo acesso a água, encontraram-se em posições cada vez mais servis; explorados, subjugados e sem outros horizontes de vida. Como se não bastasse, ainda enfrentavam a degradação contínua de seus modos de vida e espaço

de existência⁶.

Esse processo se tornou ainda mais evidente com as mudanças econômicas na região pantaneira. Até meados do século XX, a pecuária extensiva permanecia como a principal atividade econômica e empresarial no Pantanal Sul. Após este período, houve um declínio nessa atividade, abrindo espaço para o turismo, a ideia apresentada pelo governo

do estado do Mato Grosso do Sul era de incluir a cultura local nesta nova cadeia econômica e fomentar o desenvolvimento econômico nesta região (Almeida, 2007). Um fator determinante para o turismo no Pantanal Sul foi a construção da Estrada Parque Pantanal (EPP) e o decreto de nº 7.122/93, de 17 de março de 1993, disposto pelo estado de Mato Grosso do Sul. O objetivo principal era aquecer a economia local por meio do turismo. Para a construção desta estrada, cerca de 6 mil e 800 hectares da vegetação nativa do Pantanal Sul foram desmatadas, totalizando 116 km de extensão (Mato Grosso do Sul, 1993).

O turismo ainda trouxe consigo, novas políticas de pesca movidas pelo estado do Mato Grosso do Sul, onde passou a proibir os pescadores da região a praticar a pesca artesanal profissional em determinados lugares do Pantanal. O discurso envolvido, seria de proteção do meio ambiente, mas que entrava em contradição devido aos benefícios concedido ao turismo na região. Destaca-se:

Os pescadores profissionais artesanais passaram a competir com esse novo setor pelo uso dos recursos pesqueiros da região. Apenas no Pantanal Sul, registrou-se um aumento de 44 mil pescadores amadores em 1995 para 59 mil em 1999 (Catella et al., 2014). No Pantanal como um todo, Girard & Vargas (2008) estimaram que o turismo de pesca chegava a gerar cerca de US\$ 150.000.000,00 por ano na década de 1990. Como consequência, entre 1983 e 1994 três diferentes legislações foram aprovadas no Mato Grosso do Sul, proibindo a utilização de redes de pesca e tarrafas por pescadores profissionais, o que reduziu drasticamente a capacidade de captura, com impacto social sobre essa classe. (Chiaravalloti, Catella, Siqueira, 2022)

Neste contexto, atividades como passeios a cavalo, consumo da culinária local, atividades de pesca desportiva (pescue e solte) e trilhas pelo Pantanal Sul se tornaram mercadorias turísticas (Almeida, 2007), abrindo novas “oportunidades” de trabalho para além da pesca artesanal. Em outros termos, isso significa que a cultura local foi instrumentalizada, objetificada e mercantilizada pelo mercado turístico, a partir daí os pescadores locais do Pantanal Sul passaram a não apenas trabalhar em fazendas da região, mas também a atender o

^{6 3} Refere-se ao avanço dos casos de queimadas, crise hídrica e secas extremas no Pantanal Sul-Mato-Grossense, que têm devastado extensas áreas e modos de vida locais. Esses eventos configuram-se como expressões concretas dos efeitos destrutivos do capital sobre os territórios e os ecossistemas.

turismo com suas habilidades tradicionais.

Cabe frisar que estas condições estão ligadas a um processo de *desterreação* que esses trabalhadores vem sofrendo ao longo da história. Thomaz Junior (2018b) indica que a desterreação pode ser compreendida como uma forma profunda e radical de deslocamento do trabalhador, que ultrapassa a simples mudança geográfica ou territorial (desterritorialização). Trata-se de um processo em que o sujeito do trabalho é arrancado não apenas do lugar físico, mas também de suas práticas, saberes, vínculos sociais e políticos construídos historicamente.

Isso implica na ruptura com a base material e simbólica que sustentava o trabalho e a vida do trabalhador, exigindo dele uma reinvenção forçada de sua inserção produtiva. Essa reinvenção ocorre muitas vezes sob os termos da precarização: novas exigências técnicas, mudança de profissão, inserção em mercados informais ou sob vínculos frágeis, e a reconfiguração de suas referências identitárias e políticas. O que denuncia a violência territorial e existencial imposta pela lógica capitalista, que desestrutura territórios e redes de pertencimento, impondo novas formas de exploração que degradam não apenas o trabalho, mas os próprios sujeitos do trabalho. É, portanto, um processo de despossessão que atinge o trabalhador em sua totalidade: espacial, laboral e subjetiva (Thomaz Junior, 2018b).

A destrutividade inerente à lógica de reprodução sociometabólica do capital não é uma anomalia ou um desvio, mas uma condição estruturante de sua autopreservação. A impossibilidade de regulação a partir das necessidades humanas e a tendência à expansão ilimitada produzem como aponta Mészáros (2011) a desintegração das formas sociais que sustentam a vida. Essa lógica atinge em cheio territórios como o Pantanal Sul-Mato-Grossense, onde a desterreação, revela-se como expressão concreta dessa dinâmica: é pela dissolução dos vínculos territoriais, sociais e simbólicos que o capital abre espaço para sua reprodução, ainda que isso se dê à custa da precarização das condições de existência dos trabalhadores.

A divisão social, territorial e técnica do trabalho no Pantanal Sul, transcedeu os limites locais. É possível pensar que o que constituiu essa divisão partiu do próprio Estado e dos latifundiários/empresários da região que buscaram novas estratégias de exploração de mão de obra local e expansão dos lucros por meio do turismo (Almeida, 2007). Este cenário está ligado a internacionalização da economia com a introdução da hegemonia neoliberal na América Latina na viragem do século XX para o século XXI, ligado à informalidade e à (re)construção de relações subordinadas (Antunes, 2005; Thomaz Junior, 2011; Cruz, 2022).

Thomaz Junior (2011) indica que neste período ocorreram mudanças no tecido social

do trabalho, ou distintas formas de trabalho, sejam para assalariados, não assalariados, autônomos, terceirizados, informalizados etc., tendo como ponto em comum a informalização e a precarização do trabalhador. No contexto do Pantanal Sul, os habitantes locais retornaram não mais como possuidores das terras originais, mas, submetidos ao trabalho sazonal. O perfil das novas ocupações dos pescadores/piloteiros/isqueiros do Pantanal Sul está agora atrelado ao subemprego.

Esse cenário de precarização se intensificou diante do intenso processo de desemprego ocorrido nas fazendas e pequenas cidades da região. Habitantes de municípios como Miranda, Corumbá, Aquidauana e Anastácio foram atraídos para o que hoje é a Comunidade do Passo do Lontra, em busca de atender turistas que se aproximavam para praticar a pesca desportiva e o turismo denominado de "ecológico/rural" (Banducci Jr., 2006; Almeida, 2007; Fernandes, 2024). Outro fator que atraiu esse grupo até o localidade foi a abundância de peixes no Rio Miranda, possibilitando que esses trabalhadores continuassem praticando a pesca artesanal e de subsistência (Banducci Jr., 2006).

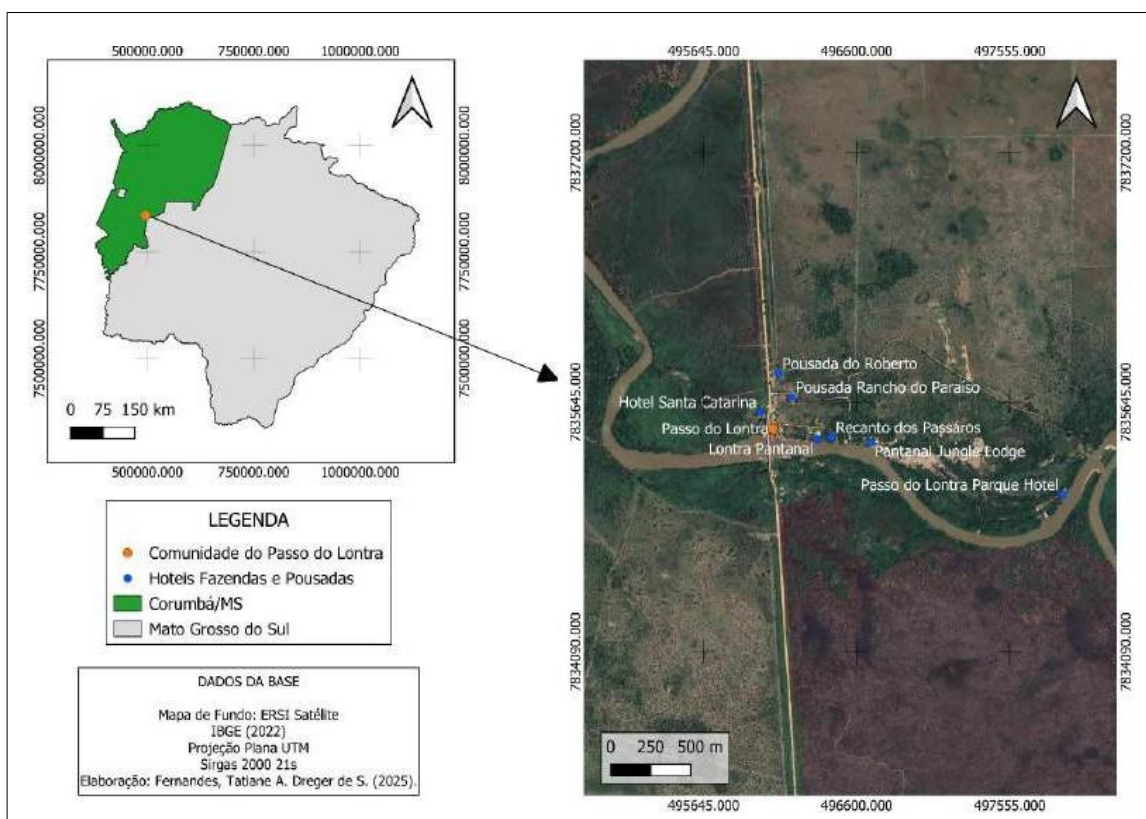
Contudo, o desenvolvimento econômico idealizado no Pantanal Sul pelo turismo não produziu melhores condições de vida e nem de trabalho para esses trabalhadores⁷, ao contrário, suas habilidades se tornaram tempo de trabalho/trabalho social não pago, expostos a empregos temporários, ora no rio pescando ou atendendo turistas, ora sendo peão, cozinheiras em fazendas, ora trabalhando em pousadas da região (Fernandes, 2024). Esse processo situado no contexto social geral, evidencia a sistemática desconstrução dos sistemas protetivos, dos contratos formais ou das garantias associadas ao emprego com registro em carteira, resulta em uma desestabilização da ordem do trabalho, seja dentro do âmbito formal, como também em atividades tradicionais. O que reverbera e impacta toda vida social, ultrapassando os limites do mundo do trabalho em si (Bihr, 1998) com impactos para toda a gestão da sociedade (Thomaz Junior 2018a, e 2018b; 2023). Pensando este cenário de informalidade a partir das ideias de Antunes (2005), percebe-se uma nova morfologia do trabalho. Com as atenções para a área de estudo, a marca da informalidade do trabalho é a superfluidade, onde o embarcado encontra-se desempregado, todavia ocupado com atividades autônomas (pescadores/as, roteiros/as, isqueiros/as, peões em fazendas,

^{7 4} Considerando a partir do ponto de vista monetário e da posse de bens e produtos. Todavia, dentro da esfera subjetiva de cada morador desta comunidade, muitos que antes não tinham outros horizontes de vida e de trabalho, acabaram por encontrar no turismo e na comunidade uma forma de reconstruírem suas vidas individuais e coletivas. O que não os isentam do trabalho precarizado, causado pelos efeitos destrutivos do capital.

cozinheiros/as, camareiras/os etc.), ou seja, se submetendo a atividades temporárias e informais.

Por exemplo, se não há demanda turística para os embarcados atenderem, eles poderiam optar por viver essencialmente da pesca, seja para o consumo ou para a venda, contudo, precisam lidar com a falta de peixes no Rio Miranda, fator que vem ocorrendo devido à degradação que o Pantanal tem sofrido ao longo do tempo. Apesar de haver elevada frequência de turistas em território pantaneiro, este quantitativo é absorvido pelas pousadas, o que remete à inclusão precária destes trabalhadores neste ofício, à base da informalidade. Uma vez que atendem poucas vezes por mês como piloteiros autônomos, ainda se submetem a serem piloteiros em pousadas, e mais uma vez, precisam enfrentar jornadas abusivas, de baixa remuneração, se vinculando às sete pousadas na Comunidade do Passo do Lontra, dedicadas a atender turistas da pesca desportiva e o turismo contemplativo da paisagem. (Figura 2).

Figura 2. Localização das Pousadas - Comunidade do Passo do Lontra.



Fonte de Dados: IBGE (2022). Elaboração: Fernandes, Tatiane A. Dreger de S., (2025).

O turismo utiliza como mercadoria a cultura local, os grupos que a compõem, as paisagens pantaneiras e sua biodiversidade. Nos sites⁸ das pousadas da localidade do Passo do Lontra, é possível visualizar lindas paisagens que destacam o pôr do sol, os rios, a vegetação, a fauna, a abundância de peixes e a população local. Os trabalhadores são expostos felizes em suas funções, sejam como pescadores, roteiros, guias, cozinheiros ou peões de fazenda.

De toda maneira, um retrato diferente é encontrado na comunidade do Passo do Lontra e no próprio domínio do Pantanal Sul. Os trabalhadores embarcados da comunidade sobrevivem em condições de vida insalubres. Suas casas, feitas de madeira sobre palafitas, não possuem estrutura adequada para suportar chuvas e ventos fortes. Além disso, não há esgotamento sanitário, resultando em grande quantidade de água contaminada e com forte odor embaixo das palafitas (Imagem 1).

A falta de uma rede de água tratada faz com que os moradores dependam do rio Miranda para as necessidades mais básicas, como tomar banho, preparar alimentos e hidratar os animais domésticos. A cada quinze dias, um caminhão passa pela comunidade vendendo galões de água potável. Cada galão, com capacidade para 20 litros, custava aproximadamente 19 reais até janeiro de 2025⁹. Uma família de duas pessoas consome, em média, sete galões por mês, destinados apenas para se hidratar e preparar alimentos, o que resulta em um gasto mensal de cerca de R\$ 133,00.

No entanto, a maioria das famílias da Comunidade do Passo do Lontra tem mais de dois membros, o que aumenta proporcionalmente o gasto com água potável. Por exemplo, uma família com o dobro de residentes gastaria o dobro desse valor. De fato, as famílias não têm condições financeiras para comprar água potável, e acabam por consumir a água diretamente do rio. Alguns moradores possuem poços artesianos, contudo, o fato de haver fossas no local e falta de esgotamento sanitário, coloca em risco a qualidade dessas águas.

⁸ O sites das pousadas estão disponíveis nestes links: [Link 1](#), [Link 2](#) e [Link 3](#).

⁹ Informação concedida por uma pescadora, moradora da comunidade do Passo do Lontra.

Imagem 1: Fotos dos fundos das palafitas na comunidade do Passo do Lontra.



Fonte: Fernandes (2024).

Os conflitos que se colocam diante do processo de construção do trabalho embarcado, expõem as hierarquias que foram sendo produzidas ao longo do tempo com esse grupo social. Essas vidas são transformadas por uma divisão do trabalho que se revela, sobretudo, na apropriação do território pelo latifúndio. De um lado, encontram-se pousadas/fazendas que exibem paisagens deslumbrantes; de outro, a escassez, um contraste entre o “moderno” e o degradado. Esse cenário apresenta uma multiplicidade de ocorrências, onde o conflito central está relacionado à degradação sistêmica do trabalho. O latifúndio tem aprofundado as desigualdades sociais e de gênero, promovendo o extermínio étnico-racial e intensificando os conflitos por água e terra. A “economia natural”, embora subsumida, permanece essencial para a sustentação desse sistema (Thomaz Junior, 2017).

O latifúndio, como já destacado, domina o Pantanal Sul, ainda que seu domínio seja muitas vezes invisibilizado pelo turismo local, é o latifúndio por meio da pecuária extensiva, que comanda as formas de reordenação deste território. Sujeito aos comandos dos processos de internacionalização, o caráter agroexportador exerce seu poder sobre o local (Thomaz Junior, 2017). Thomaz Junior (2017) enfatiza que a nocividade desse processo resulta não apenas na precarização do trabalho, mas também na deterioração das condições do trabalhador, evidenciada por doenças ocupacionais, acidentes de trabalho, contaminações e mortes.

Esses exemplos são visíveis na comunidade do Passo do Lontra, onde ocorrem acidentes com pilotos que caem do barco durante o trabalho, além de problemas de saúde

psíquica, como ansiedade e depressão, relacionados às condições precárias de trabalho, como a falta de peixes, desmatamento, períodos de seca, queimadas, baixa presença de turistas e a contaminação das águas do Rio Miranda. Conforme relatos, o consumo *in natura* dessas águas já resultou em doenças e óbitos entre os moradores (Fernandes, 2024).

É importante destacar que a falta de peixes no Rio Miranda, a seca, as queimadas e o desmatamento estão diretamente ligados a um processo de acumulação que explora intensivamente os recursos naturais. A destruição da natureza e dos ecossistemas é uma consequência inevitável dessa apropriação. Enquanto o turismo promove a imagem de um Pantanal “sustentável”, a crise climática expõe a contradição entre essa narrativa e a realidade, desmascarando os falsos discursos de “sustentabilidade” e a suposta humanização do capitalismo, ou seja, a degradação sistêmica do trabalho afeta toda a totalidade do complexo social (Thomaz Junior, 2017).

O capital recorre ao discurso da responsabilidade ambiental para legitimar seus interesses. Ao apropriar-se das pautas ecológicas, redefine a natureza conforme suas necessidades de reprodução e acumulação, monetizando-a por meio de análises de custo-benefício. A relação metabólica entre capital e natureza é regida nos discursos e políticas públicas, pelos imperativos econômicos do capital (Harvey, 2016). A contemporaneidade marca um ponto de inflexão, caracterizado pela intensificação da mercantilização e privatização de todos os aspectos do mundo vivido, inclusive das formas de vida e da própria identidade.

Essa expansão acelerada eleva os níveis por exemplo da degradação ambiental e social, agravando a crise climática, a perda de biodiversidade e a insegurança alimentar. Como observa Harvey (2016), há claros sinais de uma expansão predatória, comparável a uma propagação cancerosa da "ecologia do capital". Essas contradições internas do capital, que subordinam a reprodução da vida à lógica da acumulação, manifestam-se de modo radical naquilo que Thomaz Júnior (2012, 2018a) denomina *degradação sistêmica do trabalho*.

Pelas vias de uma crise duradoura e estrutural do capital, o trabalhador embarcado está sendo submetido à degradação, a uma deformação, ao sistema destrutivo do capital. A manutenção de suas vidas coletivas está dentro de um território onde a disputa pelo poder é desigual, uma vez que, estes trabalhadores estão sujeitos ao trabalho alienado (Mézáros, 2011), ou seja, um trabalho de segunda natureza onde os interesses coletivos, subjetivos e simbólicos não estão em jogo. Instala-se uma lógica de controle que atinge trabalhadores mesmo nas formas de produção não essencialmente capitalistas, apagando práticas comunitárias, laços

familiares e saberes tradicionais. Esses sujeitos não apenas perdem seus lugares, mas também seus ofícios, suas referências simbólicas e seus sentidos de pertencimento. Exigindo um rearranjo de habilidades, inserções forçadas em mercados instáveis e novas formas de subjetivação política, muitas vezes fragmentadas ou absorvidas pela lógica do capital (Thomaz Júnior, 2018b)

Considerações Finais

O território pantaneiro é marcado por conflitos ligados às dinâmicas relacionais, econômicas e de poder, especialmente diante da apropriação do espaço pelo capital econômico por meio do latifúndio e das práticas informais de subordinação do trabalho. Essas disputas envolvem a luta pelo direito ao trabalho como pescadores, pela garantia de acesso à água (essencial tanto para a subsistência quanto para o exercício do próprio trabalho), pela defesa do território e pelo direito de permanecer nesse território. Além disso, trata-se de uma batalha pela afirmação de uma função socialmente construída. Nesse contexto de conflitos, emergem relações de poder e hierarquias que frequentemente se entrelaçam, resultando na deslegitimação dessas funções.

Estas habilidades foram sendo relegadas ao segundo plano, objetificadas dentro do turismo e fazendas da região, o pescador virou piloteiro-a/peão/cozinheiro-a/limpadeira/guias/isqueiros, e até mesmo aqui nesta pesquisa, também virou “embarcado”. Possui habilidades não só com o rio, mas também, com o domínio do Pantanal e a cultura regional, seja como ribeirinhos, trabalhadores em fazendas de gado de corte, nas pousadas em distintas funções.

A crise do capital tende a agravar as condições de trabalho e de vida. No Pantanal Sul, seus efeitos são visíveis na realidade dos trabalhadores embarcados, marcados pela informalidade e sazonalidade de suas atividades, ausência de movimentos coletivos, saúde física e psíquica, contaminação das águas, falta de peixes no rio Miranda, expansão da pecuária extensiva, insegurança alimentar, baixa remuneração da mão de obra e exploração.

As condições de vida insalubres destacam que apesar da idealização de um Pantanal biodiverso, e das “oportunidades” de emprego na localidade, não são suficientes para que os trabalhadores objeto das nossas pesquisas conquistem melhores condições de vida, especialmente no tocante à saúde, acesso à educação, moradia, saneamento e segurança alimentar.

Por fim, este trabalho buscou expor as contradições, hierarquias e conflitos que permeiam a construção social do trabalho embarcado - ou melhor, refletir sobre os caminhos que levaram o pescador a se tornar, hoje, o trabalhador embarcado. Observou-se que, embora esse campo de estudo – o Pantanal Sul, venha sendo explorado por diversos pesquisadores, ainda há uma lacuna no debate sobre a precarização e a degradação sistêmica do trabalho que afetam os embarcados, o que se estende a outros trabalhadores da região. Diante disso, ressalta-se a importância de novas investigações que reconheçam e enfrentem as desigualdades estruturais, fomentando um debate crítico que contribua para a legitimação da luta diária desses trabalhadores.

Referências

- ALMEIDA, Noslin de Paula. Segmentação do turismo no Pantanal brasileiro. Campo Grande (MS): UFMS, 2007.
- ANTUNES, Ricardo. O caracol e sua concha. São Paulo: Boitempo, 2005.
- BANDUCCI JR, Álvaro. Catadores de iscas e o turismo da pesca no Pantanal mato-grossense. Editora UFMS, 2006.
- BIHR, A. Da grande noite à alternativa: o movimento operário europeu em crise. São Paulo: Boitempo, 1998.
- BRASIL, João Felipe Domingues. Povos indígenas e expedições de conquista no Pantanal do século XVI. 2015. 97 f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Dourados, 2015.
- CHIARAVALLOTI, Rafael Morais; CATELLA, Agostinho; SIQUEIRA, Andre Luiz. Pesca profissional artesanal no Pantanal sul: histórico, manejo dos recursos e recomendações para a sustentabilidade. **Biodiversidade Brasileira**, v. 12, n. 2, 2022.
- CRUZ, Ricardo Luiz. "Financeirização da Economia e Naturalização da Precariedade: Notas sobre a Gênese do Neoliberalismo na América Latina". In: SUZUKI, Júlio César et al. (Org.). A Precarização do Trabalho e as Crises dos Modelos Produtivos na América Latina no Século XXI. São Paulo: FFLCH/USP, PROLAM/USP, 2022, p. 72 – 106.
- DEJOURS, Christophe. A exploração do Sofrimento. In: A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho. 1949. p. 96-118.
- ESSELIN, Paulo Marcos. A pecuária bovina no processo de ocupação e desenvolvimento

econômico do pantanal sul-mato-grossense (1830-1910). 2011.

FERNANDES, Tatiane Aparecida Dreger de Souza Fernandes. “Um dia a gente come, no outro não”: As condições sociais do Trabalho Embarcado no Pantanal Sul Mato-grossense. 2024. 114 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Campo Grande, 2024.

FRANCO, José Luiz de Andrade; DRUMMOND, José Augusto; GENTILE, Chiara; AZEVEDO, Aldemir Inácio de; SANTANA, Marcelo Ismar (fotografias). Biodiversidade e ocupação humana do Pantanal mato-grossense: conflitos e oportunidades. 1. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2013. 260 p.: il. Disponível em: https://issuu.com/acaiapantanal/docs/biodiversidade_e_ocupacao_humana_/1. Acesso em: 2 de abril de 2025.

HARVEY, David. *O novo imperialismo*. Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola, 2005.

HARVEY, David. *17 contradições e o fim do capitalismo*. Tradução de Rogério Bettoni. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

MATO GROSSO DO SUL. Decreto nº 7.122, de 17 de março de 1993. Considera Estradas Parque trechos de rodovias estaduais da região do Pantanal, e dá outras providências. Publicado em Diário Oficial do Estado de Mato Grosso do Sul, Campo Grande - MS, de 17 DE março de 1993.

MÉSZÁROS, István. Para além do capital: rumo a uma teoria da transição. Boitempo Editorial, 2011.

MORETTI, Edvaldo Cesar. Paraíso visível e real oculto: a atividade turística no Pantanal. Editora UFMS, 2006.

SANTOS, Milton. Por uma economia política da cidade: o caso de São Paulo. 2. ed. 1. reimpr. São Paulo: Edusp, 2012.

SANTOS, Milton. Economia Espacial. 2. ed. 3. reimpr. São Paulo: Edusp, 2014 THOMAZ JUNIOR, Antonio. O mundo do trabalho e as transformações territoriais: os limites da ‘leitura’ geográfica. PEGADA-A Revista da Geografia do Trabalho, v. 12, n. 1, 2011.

THOMAZ JUNIOR, Antonio *et al.* Conflitos territoriais, relações de trabalho e saúde ambiental no agrohidronegócio canavieiro no Pontal do Paranapanema (SP). Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales, v. 16, 2012.

THOMAZ JUNIOR, Antonio. Degradação sistêmica do trabalho no agrohidronegócio. Mercator (Fortaleza), v. 16, p. e16020, 2017.

THOMAZ JUNIOR, Antonio. Geografia do Trabalho por inteiro. PEGADA, v. 19, n. 2, 2018a.

THOMAZ JUNIOR, Antonio. Movimento territorial do trabalho e desterração do sujeito/classe. **Geografia e trabalho no século XXI**, v. 9, 2018b.

THOMAZ JUNIOR, Antonio. Geografia do trabalho em construção: desafios teóricos e práxis de pesquisa. In: ANTUNES, C; NOGUEIRA, C. M. (Orgs.). Ricardo Antunes – Para além do mundo do trabalho. Campinas: Papel Social, 2023, pp.279-312.

TURRA NETO, Nécio. Pesquisa qualitativa em Geografia. XVII Encontro Nacional de, 2012.

VARGAS, Francisco Beckenkamp. Trabalho, emprego, precariedade: dimensões conceituais em debate. Caderno CrH, v. 29, n. 77, p. 313-331, 2016.

Submetido em: junho de 2025

Aceito em: abril de 2026